

TCU descobre fraudes contra FNDE

LÚCIO VAZ

BRASÍLIA — Uma avalanche de fraudes semelhantes às constatadas no INSS vem ocorrendo de forma sistemática no Ministério da Educação. Neste caso, as irregularidades ocorrem na transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os Estados e Municípios. Dezenas de casos foram identificados pela Tribunal de Contas da União (TCU). O Diretor Geral do FNDE, Edson Collares, confirma a existência das fraudes apontadas pelo TCU, mas avisa:

— Isto é uma pequena amostragem. Na verdade, a fraude é generalizada.

Boa parte dos U\$ 280 milhões repassados para os municípios no ano passado foram desviados para outros setores das administrações ou foram diretamente para as contas particulares dos Prefeitos, segundo admitiu Collares.

Há casos de Prefeitos que desviaram os recursos destinados à construção e restauração de escolas para a compra de carros. Outros preferiram utilizar os recursos para construir pontes ou pavimentar ruas. Um terceiro grupo simplesmente fez o dinheiro desaparecer. Nada foi construído e nenhum tostão foi devolvido ao FNDE. Sem a fiscalização do TCU, os recursos estariam perdidos para sempre.

— A regra é o recurso não ser bem aplicado. É impressionante o volume de recursos desviados — diz o Diretor Geral do FNDE.

Na tentativa de estancar essa sangria de recursos públicos, o Ministério da Educação iniciará amanhã uma fiscalização nos municípios que receberam recursos para aplicar no ensino. Mas o trabalho vai começar com um número pequeno de localidades, escolhidas por sorteio.

— Seria impossível fiscalizar cerca de quatro mil municípios simultaneamente — justifica Collares.

Outra decisão do Ministério é

a de, numa primeira fase, investigar apenas os recursos aplicados no ano passado, embora existam evidências de que as fraudes vêm ocorrendo há vários anos. Collares compara as fraudes no FNDE com o estouro de um colar de pérolas sobre uma pia com o ralo aberto:

— Se a gente tentar pegar uma por uma, muitas vão cair pelo ralo. A primeira coisa a fazer a tampar o ralo.

Edson Collares afirma ainda que o processo de fraudes hoje está generalizado porque as administrações anteriores nunca fiscalizaram os recursos repassados pelo FNDE:

— O dinheiro era repassado na base da confiança. E não pode ser assim quando se trata de dinheiro público.

A fiscalização terá a participação das Universidades Federais e das Escolas Técnicas Federais. As Delegacias do Ministério da Educação nos Estados não teriam recursos humano nem material para realizar esse trabalho. Num primeiro momento, os “fiscais da educação” vão verificar em cada município se os recursos do FNDE foram realmente aplicados na construção e recuperação de escolas ou ginásios de esportes, compra de carteiras e material escolar. Posteriormente, terão condições de aprofundar o trabalho, identificando se foram utilizados materiais adequados e até mesmo se as obras realizadas eram realmente necessárias.

— Tem Prefeito que prefere construir uma escola do que recuperar 20, porque o que mais interessa a ele é a inauguração da obra — justifica Collares.

O Ministério da Educação já fez uma investigação na distribuição de bolsas de estudos custeadas com verbas federais. Cerca de 5% dos recursos do FNDE são aplicados em bolsas de estudo. A fiscalização atingiu pouco mais de 10 mil das 220 mil bolsas existentes, sendo encontradas irregularidades em 37% do total pesquisado. No Rio de Janeiro, há fraudes em cerca de 50% das bolsas distribuídas.